

LEI Nº 358 /2025

Cria a Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social no Município de Caridade do Piauí e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIDADE DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, à qual compete formular, coordenar, articular e executar as políticas municipais de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Parágrafo único. A Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial terá sua estrutura regimental e quadro de pessoal definidos em decreto do Poder Executivo, observada a legislação pertinente.

Art. 2º São competências da Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito de suas atribuições e em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - formular, implementar, coordenar, articular, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações destinadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo e das demais formas de discriminação étnico-racial no âmbito do município;

II - promover e fomentar estudos, pesquisas e debates sobre a realidade socioeconômica, cultural e política da população negra, indígena, cigana, quilombola e de outros grupos étnico-raciais tradicionalmente discriminados no município;

III - articular, em conjunto com outros órgãos e entidades da administração pública municipal, a transversalidade das políticas de promoção da igualdade racial nas diversas áreas de atuação do governo municipal, notadamente na assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e empreendedorismo;

IV - cooperar e articular com os governos federal e estadual, bem como com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para a implementação de políticas afirmativas e de reparação para a população negra e demais grupos étnico-raciais;

V - desenvolver ações educativas e campanhas públicas de conscientização contra o racismo, a discriminação racial, a intolerância religiosa e o preconceito;

VI - receber, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação racial e intolerância religiosa, articulando-se com os órgãos competentes;

VII - fomentar a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação;

VIII - promover e apoiar eventos, atividades culturais, educacionais e econômicas que valorizem a história, a cultura e as tradições dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, indígenas e ciganos, com especial atenção às comunidades quilombolas do município;

IX - propor a celebração de convênios, termos de cooperação e ajustes com outros entes federados e organizações não governamentais para o cumprimento de seus objetivos;

X - executar outras atividades correlatas determinadas pelo Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, em interface com a Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, as seguintes atribuições no âmbito da política de assistência social e promoção da igualdade racial:

I - garantir que os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial sejam prestados sem qualquer forma de discriminação racial, étnica ou religiosa, assegurando equidade no acesso da população negra, quilombola, indígena e de outros grupos vulnerabilizados;

II - incluir, nos planos, programas e ações da política de assistência social, diretrizes, metas e indicadores específicos para o enfrentamento do racismo institucional e a promoção da igualdade racial;

III - articular, por meio da Diretoria de Promoção da Igualdade Racial, a transversalidade das políticas de igualdade racial nas ações socioassistenciais, especialmente no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

IV - promover, em conjunto com a Diretoria de Promoção da Igualdade Racial, ações intersetoriais que articulem a assistência social com as políticas de educação, saúde, cultura, trabalho e renda, visando à reparação histórica e à promoção da equidade para a população negra e comunidades tradicionais;

V - fomentar a participação de lideranças e representantes da população negra, quilombola e de comunidades tradicionais nos conselhos, conferências e fóruns de deliberação da política de assistência social e de Promoção da Igualdade Racial;

VI - implementar, por meio da Diretoria de Promoção da Igualdade Racial, ações de formação continuada para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR sobre relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e combate ao racismo institucional;

VII - desenvolver estratégias específicas de inclusão produtiva e geração de renda para a população negra e comunidades quilombolas, com foco no empreendedorismo negro e na economia solidária;

VIII - assegurar, por meio da Diretoria, o acompanhamento e a avaliação das condições de vida das comunidades quilombolas e tradicionais, visando à elaboração de diagnósticos e planos de ação para superação das vulnerabilidades;

IX - garantir que o conteúdo dos materiais educativos, campanhas e comunicações da política de assistência social valorizem a diversidade étnico-racial e combatam estereótipos racistas;

X - articular com os órgãos de controle e defesa de direitos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, para o recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de discriminação racial no acesso aos serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. As competências listadas neste artigo serão exercidas em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei.

Art. 4º A Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial atuará em estreita articulação com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial-COMPIR, competindo-lhe:

I - prestar assessoria técnica e administrativa permanente ao Conselho, fornecendo os meios necessários para o pleno exercício de suas funções deliberativas, fiscalizadoras e propositivas;

II - encaminhar ao Conselho, para análise e deliberação, os planos, programas e projetos municipais na área de promoção da igualdade racial antes de sua implementação;

III - fornecer ao Conselho, sempre que solicitado, informações, relatórios técnicos, dados e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução das políticas de igualdade racial;

IV - participar sempre que necessário das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, com direito a voz, para prestar esclarecimentos e apresentar propostas;

Rua João José de Sousa, s/nº – Centro, Caridade do Piauí.

Fone/Fax: (89) 3464-0125 / CEP: 64590-000

CNPJ Nº: 01.612.575/0001-28

V - receber, analisar tecnicamente e encaminhar às autoridades competentes as moções, recomendações e deliberações emanadas do Conselho, informando posteriormente sobre as medidas adotadas;

VI - colaborar com o Conselho na organização de conferências, fóruns, audiências públicas e outros eventos relacionados às políticas de promoção da igualdade racial;

VII - articular com o Conselho a representação do município em instâncias estaduais e federais de promoção da igualdade racial;

VIII - submeter à apreciação do Conselho a proposta orçamentária anual da Diretoria, considerando as deliberações das conferências municipais;

IX - implementar as decisões do Conselho no âmbito de suas competências, prestando contas regularmente sobre o andamento das medidas adotadas;

X - celebrar termo de cooperação técnica com o Conselho para desenvolvimento de atividades conjuntas de capacitação, pesquisa e promoção dos direitos étnico-raciais.

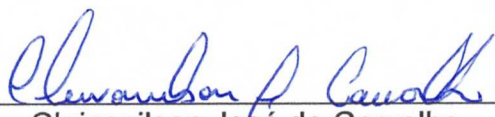
Art. 5º A Diretoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial será chefiada por um Diretor, nomeado em comissão pelo Chefe do Poder Executivo, dentre cidadãos de notório conhecimento e experiência comprovada na área de promoção da igualdade racial e defesa dos direitos da população negra e de povos e comunidades tradicionais.

Art. 6º Para o adequado funcionamento da Diretoria, ficam autorizadas a criação e a provisão de cargos efetivos e/ou funções gratificadas necessárias, na forma da lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Caridade do Piauí-PI, 30 de setembro de 2025



Cleivanilson José de Carvalho
Prefeito Municipal

Ordem da Sessão da noite
Sala das Sessões da Câmara Municipal
de Caridade do Piauí - PI

Em

07 / 10 / 2025
Francisco Antônio Lef
Secretário da Câmara

APROVAÇÃO

Discussão

07 / 10 / 2025
Francisco Antônio Lef
SECRETÁRIO

A SANÇÃO

Sala das Sessões, Em

07 / 10 / 2025
Francisco Antônio Lef
PRESIDENTE DA CÂMARA

Sancionado em:

08 / 10 / 2025

Publicado em:

08 / 10 / 2025

Cleivanilson José de Carvalho
CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

Promulgada em:

08 / 10 / 2025

Publicado em:

08 / 10 / 2025

Cleivanilson José de Carvalho
CLEIVANILSON JOSÉ DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL